

Excertos da Intervenção de Jorge Humberto, membro do Comité Central do PCP

É com emoção, orgulho e neste ambiente de convívio e boa disposição, que celebramos os 93 anos de luta do nosso Partido, o Partido Comunista Português. Esta é a nossa forma de estar na vida, com confiança, com alegria e com a força das nossas convicções.

O nosso Partido, fundado em 1921, chega aos nossos dias, não por força do acaso ou do destino, mas porque a sua criação e o seu percurso corresponderam a uma real necessidade da classe operária e dos trabalhadores portugueses e porque soube manter, afirmar e desenvolver as suas raízes profundas no povo português, soube interpretar e dar voz às grandes aspirações do nosso povo, por uma sociedade de liberdade, justiça e progresso social.

Comemoramos os 93 anos do PCP, não como a celebração de uma mera sobrevivência, mas como a celebração de 93 anos de vida vivida com verticalidade e de cabeça erguida, marcada por um imenso, incomparável e inapagável património de heroísmo, dedicação, generosidade, luta, empenho transformador e determinação revolucionária. Desde 1921 aos nossos dias, sucessivas gerações de milhares e milhares de homens e mulheres, numa gesta cuja grandeza, riqueza e dimensão nunca se conseguirá reconstruir plenamente, percorreram uma trajectória que nos honra e que sobretudo cria para todos nós e para os comunistas vindouros a indeclinável responsabilidade de tudo fazer para continuar a honrar, prosseguir, desenvolver e enriquecer.

Falando de Mulheres e Homens que fizeram a história do nosso Partido ao longo destes 93 anos da sua vida, naturalmente que a nossa memória, o nosso reconhecimento e a nossa gratidão se dirigem em especial para muitos – e de muitos sabemos os nomes – que pelo seu heroísmo, coragem ou relevante papel, deram uma muito destacada contribuição para a luta do PCP e que, por isso mesmo, merecem ser considerados grandes protagonistas da história de Portugal.

De todos é justo destacar o Camarada Álvaro Cunhal, pelas marcas indeléveis que, como organizador e dirigente, gravou na vida de todos nós e do colectivo partidário e pela obra teórica que deixou, é um exemplo inspirador para o presente e para o futuro da luta dos Comunistas, dos jovens, dos trabalhadores e do povo.

A força do seu exemplo, que se vê na sua história pessoal, de combatente pela liberdade e o socialismo. Uma história de vida que dá força ao prosseguimento do combate, que foi o dele e é hoje nosso, em demanda da concretização do ideal e projecto comunista.

Uma história de intervenção e de luta que percorrerá com uma indomável determinação e grande abnegação, resistindo às mais terríveis e duras provas em dezenas de anos de vida clandestina e prisão, com dignidade e grande coragem.

A força do exemplo que se pode encontrar na inteireza de carácter, na sua vida de coerência, firmes convicções e acção, de dirigente político experimentado, possuidor de uma densa cultura e dimensão humanista.

O exemplo do homem e do revolucionário que dignificou a actividade política.

Os 93 anos de uma vida intensamente vivida e de uma luta apaixonadamente travada, só por si, podem não dar resposta a todas as interrogações do presente e do futuro, podem não ser a solução para todos os problemas e desafios que temos pela frente, podem não ser a receita milagrosa para as dificuldades que temos de vencer hoje e nos próximos tempos, mas representam experiência de luta, suscitam a nossa reflexão constitui um grande estímulo para a nossa acção prática, ensinando-nos a procurar respostas novas para novas situações.

Um Partido que não se resigna e continúa na linha da frente no combate ao fatalismo e de cujo contributo o País não pode prescindir para a resolução dos problemas nacionais.

Comemoramos o aniversário do nosso Partido a pouco mais de dois meses do fim oficial do programa de intervenção estrangeira dito de resgate, mas efectivamente de agressão do nosso povo e País.

Anunciam-no como o fim de um ciclo, mas os portugueses já perceberam que só formalmente esse programa de ingerência estrangeira e de políticas de extorsão do povo e do país, vai terminar em 17 de Maio, a manter-se este governo do PSD/CDS e a sua política de submissão nacional.

Um governo que fala de libertação e recuperação de autonomia do país, mas que efectivamente do que continuam a tratar não é da libertação das amarras que nos prendem aos grandes centros do capitalismo internacional e da especulação financeira e das organizações que os representam, incluindo da União Europeia, mas manter preso o país e permitir que se levem ainda mais longe os planos e políticas em curso de exploração do nosso povo e afundamento do nosso País.

Três anos decorridos de aplicação do Pacto de Agressão e os portugueses sabem quem lhes falou verdade. Quem lhes disse que esse Pacto assinado pelo PS, PSD e CDS não era para salvar o País, nem resolver os problemas nacionais, mas para resolver os problemas da banca e continuar a alimentar a gula do grande capital financeiro e da especulação.

Três anos que correspondem ao período mais negro da nossa vida democrática.

Há soluções para os problemas do País. É possível concretizar uma política alternativa.

Uma política alternativa em ruptura com as políticas dominantes da direita em Portugal e com os eixos fundamentais do processo de integração capitalista europeu.

Uma política que, partindo da necessidade e urgência de garantir a renegociação da dívida, assuma nas suas opções fundamentais:

- A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e de outras empresas e sectores estratégicos;
- A valorização efectiva dos salários e pensões e o explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;
- A opção por uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, baseada numa componente fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e de alívio dos trabalhadores, dos reformados, pensionistas e das micro, pequenas e médias empresas;

- Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;

- A assunção de uma política soberana e a afirmação do primado dos interesses nacionais.

Temos aí a batalha das eleições para o Parlamento Europeu a realizar no próximo mês de Maio. Uma importante batalha para a defesa dos interesses nacionais, por uma outra Europa dos trabalhadores e dos povos. Uma batalha cujo resultado pode e deve contribuir para apressar a derrota do governo PSD/CDS e abrir espaço à alternativa.

Uma batalha eleitoral importante no combate que travamos no quadro de uma União Europeia, marcada pelo acelerado aprofundamento do rumo neoliberal, federalista e militarista e cujas orientações têm importantes consequências na actual situação de crise do nosso País.

Precisamos de uma grande e dinâmica campanha que se traduza numa massiva acção de esclarecimento e denúncia da conivência das forças da política de direita nacional e da sua identificação com as orientações, objectivos e natureza do processo de integração capitalista europeu.

Uma grande e dinâmica campanha de denúncia dos que, como o PS, simulando oposição ao actual governo, não só se identificam com as concepções federalistas dominantes na União Europeia, como não pondo em causa os seus principais instrumentos de dominação, visam manter o mesmo rumo de desastre no País e na Europa.

Uma campanha que afirme o voto na CDU e o seu reforço da votação e deputados, como a mais decisiva opção para assegurar o direito a um desenvolvimento soberano de Portugal.

Um voto que conta para a derrota do governo e a ruptura com a política de direita que PS, PSD e CDS prosseguem há mais de três décadas.

O voto que dá expressão a todos quantos querem condenar a política de saque do governo do PSD/CDS aos rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e de liquidação de direitos

Vila Real 15 de Março de 2014

VIVA O PCP

